

## CULTURA POLÍTICA: AS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA DEMOCRACIA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-326>

**Data de submissão:** 25/10/2024

**Data de publicação:** 25/11/2024

**João Ignacio Pires Lucas**

Doutor em Ciência Política  
Universidade de Caxias do Sul (UCS)  
E-mail: [jiplucas@ucs.br](mailto:jiplucas@ucs.br)

**Gabriel Rech Tedesco**

Graduando em Direito  
Universidade de Caxias do Sul (UCS)  
E-mail: [grtedesco@ucs.br](mailto:grtedesco@ucs.br)

### RESUMO

A mensuração da democracia é algo cada vez mais realizada tanto pela aplicação de índices fruto da avaliação de especialistas quanto pela aplicação de pesquisas de cultura política que buscam verificar como a população avalia a democracia de seu país. Porém, nem sempre essas avaliações são coerentes, especialmente pela visão mais pessimista da população. Além da avaliação da democracia, a existência de uma cultura política democrática implica na estabilização das regras democráticas pelos países. Mas, o que a população entende por democracia, e qual a possibilidade de construção de uma cultura política democrática quando ela não existe num país ou região? Para responder a essas perguntas, foram estabelecidos três objetivos: verificar se há coerência na avaliação da democracia entre os especialistas e a população; o que a população entende como elementos fundamentais da democracia; e se o ensino de história é uma maneira de construção da cultura política democrática. Para efetivar esses objetivos foram compilados dados da sétima rodada da World Values Survey (WVS), do índice de democracia da V-Dem e de documentos oficiais brasileiros sobre as bases nacionais comuns curriculares, especialmente para o ensino de história. A hipótese central é que há divergência nas avaliações entre os especialistas e a população, que a maioria da população entende corretamente sobre os elementos fundamentais da democracia, e que o ensino de história no Brasil é uma das poucas oportunidades para a criação de uma cultura política democrática a partir da escola. Os dados analisados confirmam a hipótese, ainda que mais pesquisas com esse entrelaçamento devam ser verificadas: sobre a democracia, sobre o ensino de história é sobre a cultura política democrática.

**Palavras-chave:** Democracia Representativa. Cultura Política. Ensino de História.

## 1 INTRODUÇÃO

Existem várias instituições no mundo que buscam medir os níveis de democracia, como regime político. Dois exemplos são o projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem), cuja sede está no Instituto V-Dem do Departamento de Ciência Política da Universidade de Gotemburgo, Suécia, e o último relatório sobre a democracia no mundo poder ser visto em Nord *et al* (2024); e o projeto da *Economist Intelligence Unit* (2023). Ambos estudos priorizam a avaliação que os especialistas tem da democracia. Apesar de ser uma forma técnica de mensuração, a democracia é um regime político que também depende do nível de apoio externado pela população, a despeito dela não precisar, necessariamente, entender sobre as variáveis verdadeiramente importantes para a democracia. Desde o estudo de Verba e Almond (1963), a cultura política da sociedade é uma dimensão fundamental para a verificação da estabilidade da democracia no mundo. Como salientam Inglehart e Welzel (2009), sem uma cultura política democrática dificilmente a democracia seguirá firme num país, mesmo que as instituições políticas estejam funcionando adequadamente.

A cultura política é, em linhas gerais, o conjunto de valores, sentimentos e opiniões que a população tem sobre a política, ou seja, sobre as instituições e processos políticos (Baquero e Prá, 2007). No caso do Brasil, vários estudos têm demonstrado a fragilidade da cultura política democrática desde os anos 80 do século XX (Moises, 1995, 2010; Baquero, 1999, 200; Castro e Castilho, 2021). Já em estudos de outros países, pode-se verificar que o apoio à democracia varia se o país é considerado democrático ou não, no sentido de que países mais jovens na democracia, ou países autoritários não possuem uma população maciçamente apoiando a democracia (Bilodeau, McAllister e Kanji, 2010; Bloom e Arikan, 2012; Sjifra, *et al*, 2020; Ho, 2023; Nkansah e Bartha, 2023).

Por isso, esse artigo tem três objetivos. O primeiro, é comparar as avaliações que os especialistas e a população fazem da democracia representativa em países de todos os continentes. Para tanto, são utilizados dados da *World Values Survey* (WVS), da sétima rodada entre 2017/2023 (Haerpfer, 2024), e do projeto V-Dem (dados de 2019). O segundo, é verificar os dados da WVS sobre quais as características fundamentais da democracia são apontadas pela população mundial. O terceiro objetivo é discutir como será possível criar uma cultura política democrática no Brasil, pois esse país é um dos que ainda não possuem majoritariamente uma população adepta da democracia. Cada objetivo possui uma hipótese. A primeira hipótese é que há uma certa correspondência entre os especialistas e população quanto a determinados países (se eles são ou não democráticos), mas ela não é absoluta, pois em alguns países há divergências entre as avaliações dos especialistas e a da população. A segunda hipótese é de que a população mundial aponta majoritariamente elementos técnicos válidos quanto às características fundamentais, mas, parte da população mundial acha que a democracia

combina com elementos não democráticos, como governo de militares e de autoridades religiosas. A terceira hipótese é que o ensino de história é uma boa maneira de serem criados elementos democráticos na população. Para essa última hipótese são utilizados documentos oficiais do Brasil como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e artigos acadêmicos sobre o tema.

O Gráfico 1 mostra os resultados do cruzamento entre as duas variáveis de avaliação da democracia, no eixo vertical (y) está a visão dos especialistas medida pelo índice de democracia representativa (oscilando entre 0,0 e 1,0). Tal índice é construído a partir da visão de Dahl (1997) sobre a democracia poliárquica. Mais de 4.200 especialistas avaliaram os 62 países do Gráfico 1. No eixo horizontal (x) estão as respostas dos mais de 90 mil entrevistados na sétima rodada da WVS para a pergunta: quão democrático este país está sendo governado hoje? Os entrevistados responderam entre zero (nada democrático) e 10 (totalmente democrático).

## 2 METODOLOGIA

Os dados quantitativos desta pesquisa são baseados em informações de 62 países participantes da sétima rodada da WVS (realizada entre 2017 s 2023): África do Sul, Alemanha, Argentina, Armênia, Austrália, Bangladesh, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Chipre, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Equador, Eslováquia, Etiópia, Filipinas, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Holanda, Hong Kong, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Cazaquistão, Quênia, Quirguistão, Líbano, Líbia, Malásia, Maldivas, México, Mongólia, Marrocos, Mianmar, Nicarágua, Nigéria, Nova Zelândia, Paquistão, Peru, Romênia, Rússia, Sérvia, Singapura, Tailândia, Taiwan, Tadjiquistão, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Uruguai, Uzbequistão, Venezuela, Vietnã, Zimbábue. São países de todos os continentes do mundo, com a maior parte da população mundial, além de serem de diferentes regimes políticos, índices de desenvolvimento humano e estrutura econômica. Foram mais de 90 mil entrevistas.

Os entrevistados responderam a duas perguntas sobre a democracia, o quanto eles são governados democraticamente (respondendo entre 1 e 10), e sobre nove elementos fundamentais da democracia: (1) as mulheres têm os mesmos direitos que os homens, (2) as pessoas escolhem seus líderes em eleições livres, (3) os direitos civis protegem a liberdade das pessoas contra a opressão, (4) as pessoas recebem auxílio do estado para o desemprego, (5) os governos taxam os ricos e subsidiam os pobres, (6) o Estado torna as rendas das pessoas iguais, (7) as pessoas obedecem aos seus governantes, (8) o exército assume o controle quando o governo é incompetente, (9) as autoridades religiosas interpretam as leis. Essas duas perguntas obtiveram quantidades diferentes de respondentes porque alguns optaram por não responder.

Também foram extraídos os dados do índice de democracia representativa da V-Dem para esses países. O índice da democracia representativa é baseado nos oito itens apresentados por Dahl (1997). Esses itens apontam para a existência de eleições livres, possibilidade de disputa da preferência do eleitorado por partidos políticos registrados e com recursos para tanto, bem como de que os principais postos do Estado passem por eleições. O índice de democracia representativa oscila entre 0(zero) e 1(um), ou seja, quanto mais perto de zero, pior é a democracia, enquanto mais perto de 1, melhor é a avaliação.

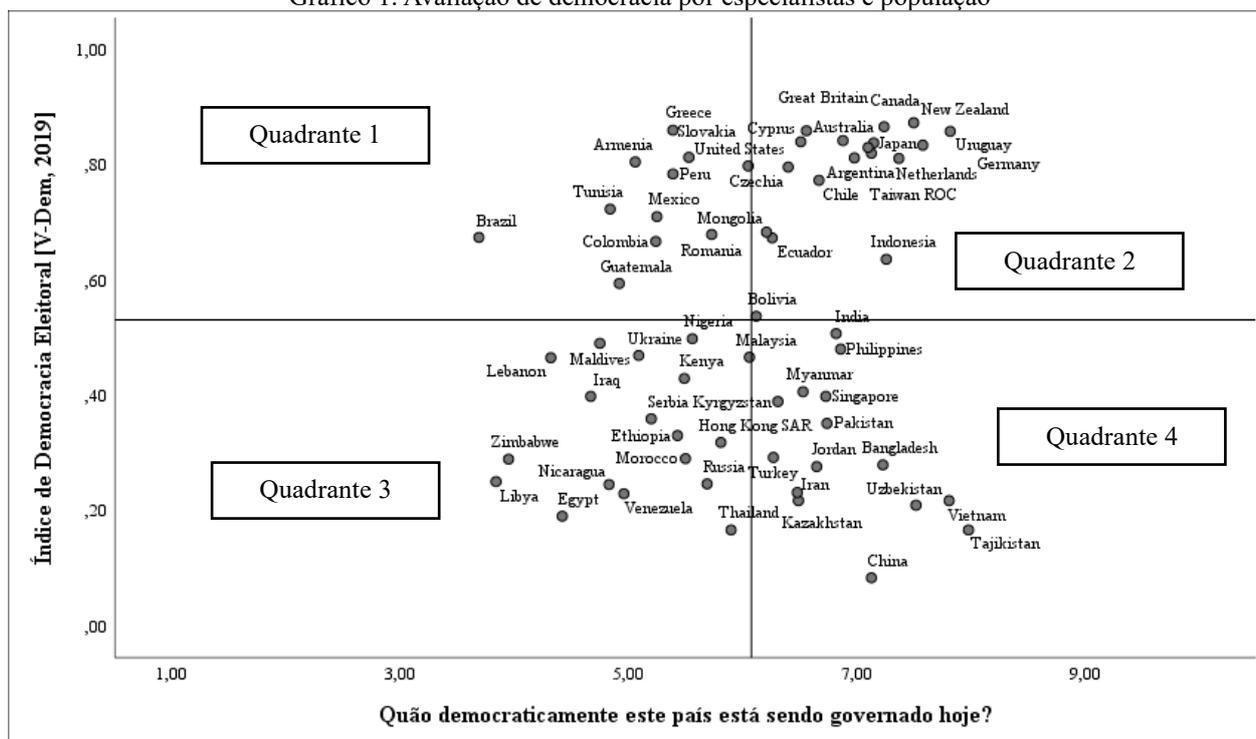
Esses dados foram analisados com duas técnicas estatísticas. Para a testagem da primeira hipótese, foi empregada a técnica do gráfico de dispersão, pois ela implicou no cruzamento de duas variáveis (das avaliações dos especialistas e da população). A segunda hipótese foi testada com a estatística descritiva (frequência, média e desvio padrão). Essas técnicas são apontadas por Field (2020) como as mais apropriadas para esse tipo de análise.

A hipótese 3 foi testada pela análise qualitativa dos documentos sobre a BNCC, e com uma busca no Portal de Periódicos da Capes, com a estratégia booleana dos termos “democracia” (e) “BNCC” (e) “ensino de história”. Os artigos encontrados foram analisados de forma qualitativa.

### **3 RESULTADOS**

O Gráfico 1 mostra os resultados do cruzamento entre as duas variáveis de avaliação da democracia, no eixo vertical (y) está a visão dos especialistas medida pelo índice de democracia representativa (oscilando entre 0,0 e 1,0). Tal índice é construído a partir da visão de Dahl (1997) sobre a democracia poliárquica. Mais de 4.200 especialistas avaliaram os 62 países do Gráfico 1. No eixo horizontal (x) estão as respostas dos mais de 90 mil entrevistados na sétima rodada da WVS para a pergunta: quão democrático este país está sendo governado hoje? Os entrevistados responderam entre 1 (um, nada democrático) e 10 (dez, totalmente democrático). Essas avaliações não são padronizadas, por isso o gráfico de dispersão serve para relacionar duas variáveis que está medidas de maneira diferente. No caso do Gráfico 1, a variável dos especialistas oscila entre 0,0 e 1,0, e a variável da população oscila entre 1 (um) e 10 (dez). Os resultados no Gráfico 1 são dos resultados médios dos países.

Gráfico 1. Avaliação de democracia por especialistas e população



Fonte: elaborado pelos autores baseados nos dados da WVS (Haerpfer *et al*, 2024) e V-Dem (Nord *et al*, 2024)

Pode-se perceber com os resultados do Gráfico 1, que há países em quatro quadrantes: o quadrante 1 é dos países em que os especialistas possuem uma visão mais otimista para a democracia representativa do que a população entrevistada. O Brasil se destaca visualmente por ser o país com pior avaliação popular. Na verdade, o levantamento no Brasil foi em 2018, auge da crise democrática que iniciou com o impeachment da Presidenta Dilma, em 2016, e a eleição de Bolsonaro para a Presidência da República em 2018. Mas, para os especialistas de 2019, o Brasil ostentou uma avaliação razoável (acima de 0,6). Já os países do quadrante 4, também possuem divergências entre os especialistas e a população. Por exemplo, a China é o país no qual os especialistas são mais pessimistas, enquanto a população, mas otimista para a avaliação da democracia. Os países dos quadrantes 2 e 3, diferentemente dos anteriores, são marcados pela coerência entre a visão dos especialistas e população. No caso dos países do quadrante 2, como a Nova Zelândia, Canadá e Uruguai, há concordância entre os especialistas e população sobre os níveis de democracia. Já para o quadrante 3, a coerência é pela falta de democracia.

A Tabela 1 revela as respostas dos entrevistados sobre os elementos fundamentais da democracia. Os mais de 90 mil entrevistados (apenas uma pergunta obteve menos respostas), responderam sobre: “para a democracia muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Para cada uma das afirmativas, diga em que medida o(a) Sr(a) acha que são características fundamentais da democracia”, respostas entre 1 (um) e 10 (dez, Haerpfer *et al*, 2024).

Pode-se verificar que as maiores médias são para perguntas sobre os direitos das mulheres, a escolha em eleições livres dos líderes e dos direitos civis relacionados à liberdade das pessoas contra a opressão. Já as piores médias são dos itens relacionados aos exército assumir o poder e das leis serem interpretadas pelas autoridades religiosas.

Tabela 1. Respostas aos elementos fundamentais da democracia.

Perguntas	Respondentes	Média	Desvio Padrão
As mulheres têm os mesmos direitos que os homens	94.798	8,01	2,607
As pessoas escolhem seus líderes em eleições livres	94.384	7,96	2,587
Os direitos civis protegem a liberdade das pessoas contra a opressão	92.422	7,38	2,702
As pessoas recebem auxílio do estado para o desemprego	94.190	6,85	2,874
Os governos taxam os ricos e subsidiam os pobres	93.842	6,34	3,040
O Estado torna as rendas das pessoas iguais.	93.627	5,93	3,089
As pessoas obedecem aos seus governantes	93.444	5,86	3,064
O exército assume o controle quando o governo é incompetente	88.993	4,71	3,239
As autoridades religiosas interpretam as leis	92.305	4,12	3,051

Fonte: elaborado pelos autores baseados nos dados da WVS (Haerpfer *et al*, 2024). Nota: os respondentes variam por causa dos entrevistados que não responderam.

Sobre o ensino de história, a última alteração foi com a Política Nacional de Ensino Médio, instituída no dia 31 de julho, por meio da Lei nº 14.945/2024. Antes a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já havia sido prevista pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), tendo sido aprovada pelo Conselho Nacional da Educação (CNE), em dezembro de 2017, para as etapas da educação Infantil e do Ensino Fundamental (Resolução CNE/CP no 2/2017), e, em dezembro de 2018, para a etapa do Ensino Médio (Resolução CNE/CP no 4/2018). Ambas, em seguida foram homologadas pelo Ministro de Estado da Educação. Essa última alteração ampliou as possibilidades da discussão da democracia para além da disciplina de história, pois voltou a incluir a filosofia e a sociologia.

No Portal de Periódicos da Capes, numa pesquisa em novembro de 2024, não há nenhum artigo que articule a BNCC, a democracia e o ensino de história. O ensino de história já foi discutido como potencial para o tratamento da democracia (Lucas e Ornaghi, 2024). Mas essa discussão ainda é incipiente no Brasil.

#### 4 DISCUSSÃO

O entrelaçamento dos três objetivos permite que as hipóteses também sejam analisadas em articulação. A primeira hipótese foi comprovada, pois os dados apontam para dois tipos de países no que concerne às avaliações dos especialistas e da população sobre os níveis de democracia. Há os

países em que existem divergências entre os dois tipos de avaliadores: o Brasil e a China se destacam, porque o primeiro país mostra a avaliação mais pessimista da população, enquanto o segundo, a avaliação mais pessimista dos especialistas. Em ambos os casos as diferenças acabam revelando os problemas da democracia em dois dos mais importantes países do mundo, ou seja, dois países que compõem os BRICS, o acrônimo BRICS é derivado das iniciais desses países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Porém, parte dos países avaliados apresentaram resultados coerentes entre os especialistas e população, conforme parte da hipótese 1. Nos extremos, destacam-se a Líbia, como resultado ruim, e a Nova Zelândia, como resultado bom.

A segunda hipótese também foi confirmada, pois os itens fundamentais que receberam as médias mais elevadas dos entrevistados no mundo são elementos realmente presentes na literatura especializada sobre democracia: direitos civis, igualdade de gênero e eleições livres, como nas dimensões da democracia para os especialistas da V-Dem (Nord, *et al*, 2024). É claro, mesmo baixas as médias, é inegável que cidadãos do mundo entendem que a democracia pode combinar com o exército no lugar das autoridades civis e os religiosos interpretando leis. Por mais que as maiores médias tenham sido realmente de itens democráticos, parte da população mundial entende que a democracia pode conter características autoritárias.

Já as leis sobre o ensino no Brasil apontam para poucas disciplinas tratando diretamente da democracia. Além da disciplina de história, apenas outras duas no ensino médio podem tratar desse tema, ainda que a regulamentação desses conteúdos ainda não tenha sido realizada em 2024. De qualquer forma, é o ensino de história que carrega o desafio de discutir os aspectos sociais relevantes da democracia. Em parte, o estudo das ditaduras no Brasil pode ser revelador dos males da autocracia. Mas, destaca-se com especial importância, o tratamento da história do tempo presente sobre os regimes políticos, ainda mais com todos os bancos de dados disponíveis para serem trabalhados em atividades de sala de aula e pesquisa, como os da WVS e da V-Dem.

O ensino de história já foi identificado como “como importante instrumento educativo de formação para o exercício da democracia” (Bittencourt, 2018, p. 127). Ainda mais com problema na democracia desde os episódios antidemocráticos relacionados ao afastamento da Presidenta Dilma (Mattos, Bessone e Mamigonian, 2016). Nesse sentido, os historiadores e o ensino de história estão na vanguarda da formação política no Brasil, especialmente na importância da escola para essa formação.

## 5 CONCLUSÃO

As limitações do artigo são baseadas na utilização de uma única pesquisa sobre os elementos fundamentais da democracia. É preciso que além do apoio à democracia, também sejam investigados

os elementos fundamentais que a população entenda como democráticos. As pesquisas sobre a democracia e o ensino de história também precisam aumentar o escopo, especialmente pela fragilidade da democracia em termos da cultura política no Brasil. Os dados internacionais também revelam que a democracia possui problemas em outros países. Mas, o Brasil é um caso especial, pois é marcado pela formação eurocêntrica europeia.

O ensino de história é uma base fundamental para a construção de uma cultura política democrática, bem como a educação em geral, do ensino básico à pós-graduação. Porém, a existência de episódios antidemocráticos no Brasil revela que a população não está preparada para a resistência necessária dos procedimentos democráticos (Mattos, Bessone e Mamigonian, 2016).

### **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, o Pós-Graduação stricto sensu em História, da UCS, Mestrado Profissional e Doutorado Profissional e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela linha de pesquisa Linguagem e Cultura no Ensino de História.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, M (org.) *Desafios da democracia na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

BAQUERO, M (org.) *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: ED UFRGS, 2004.

BAQUERO, M.; PRÁ, J R. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

BILODEAU, A.; MCALLISTER, I.; KANJI, M. Adaptation to democracy among immigrants in Australia. *International Political Science Review*, 31(2) 141–165, 2010. DOI: 10.1177/0192512110364737.

BITTENCOURT, C. F. Reflexões sobre o ensino de História, *Estudos Avançados*, n. 32 (93), p. 127-149, 2018.

BLOOM, P. N.; ARIKAN, G. A Two-edged Sword: The Differential Effect of Religious Belief and Religious Social Context on Attitudes towards Democracy. *Polit Behav*, 34:249–276, 2012. DOI: 10.1007/s11109-011-9157-x.

BRASIL. *Lei nº 14.945*, de 31 de julho de 2024. Política Nacional de Ensino Médio. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

CASTRO, H. C de C.; CASTILHO, S. I. V. Uma democracia frágil e sem valores democráticos: o Brasil no século XXI. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 45-73, maio-ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *CNE/CP nº 2*, de 22 de dezembro de 2017. Institui a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica. Brasília, DF, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *CNE/CP nº 4*, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2018.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Ed. USP, 1997.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Democracy Index 2021: The China challenge*. Economist Intelligence Unit, 2023.

FIELD, A. *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

HAERPFER, C. et al. *World Values Survey: Round Seven – Country-Pooled Datafile Version 6.0.0*. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WVSA Secretariat, 2024. DOI:10.14281/18241.24.

HO, D. Asian vs. liberal democracy: identifying the locus of conflict in the Asian values debate. *Political Science*, vol. 75, no. 2, 165–192, 2023. DOI: 10.1080/00323187.2023.2280107.

IBM CORP. *IBM SPSS Statistics for Windows*, Versão 30.0.0. Armonk, NY: IBM Corp, 2024.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

LUCAS, J. I. P. *Ciência política*. Caxias do Sul: EDUCS, 2021.

LUCAS, J. I. P.; ORNAGHI, M. Cultura política e ensino de história: a formação da democracia. *Revista Foco*, [S. l.], v. 17, n. 10, p. e6346, 2024.

MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. G. *Historiadores Pela Democracia, o Golpe de 2016: a Força do Passado*. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A. (org.) *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

NKANSAH, G. B.; BARTHA, A. Anti-democratic youth? The influence of youth cohort size and quality of democracy on young people's support for democracy. *Contemporary Politics*, vol. 29, no. 5, 553–575, 2023. DOI: 10.1080/13569775.2023.2196877.

NORD, M. *et al. Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot*. University of Gothenburg: V-Dem Institute, 2024. Disponível em: [https://www.v-dem.net/documents/51/v-dem\\_dr\\_2024\\_portuguese\\_lowres\\_v2.pdf](https://www.v-dem.net/documents/51/v-dem_dr_2024_portuguese_lowres_v2.pdf). Acesso em 10 de novembro de 2024.

SJIFRA, E. *et al.* Are would-be authoritarians right? Democratic support and citizens' left-right self-placement in former left- and right- authoritarian countries. *Democratization*, 2020. Doi: 10.1080/13510347.2020.1827230

VERBA, S.; ALMOND, G. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. [S. l.]: Princeton University Press, 1963.